

**LISTA DOS  
SEGUROS OBRIGATÓRIOS**

## ÍNDICE

ACIDENTES DE TRABALHO .....	3
ACIDENTES EM SERVIÇO .....	5
ACIDENTES PESSOAIS .....	6
DANOS.....	10
DOENÇA .....	11
INCÊNDIO .....	12
RESPONSABILIDADE CIVIL .....	13
ROUBO .....	33
SOCIAL .....	34
VIDA (danos por morte e invalidez permanente) .....	35
LEGISLAÇÃO QUE PREVÊ A OBRIGATORIEDADE DE PRESTAR CAUÇÃO E ADMITE A MODALIDADE DE SEGURO-CAUÇÃO .....	36

## ACIDENTES DE TRABALHO

### **Pessoal de empreiteiro de obras públicas**

Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março  
artigo 145º

### **Praticante desportivo profissional**

Lei n.º 28/98, de 26 de Junho  
artigo 6º, n.º 4  
Lei n.º 8/2003, de 12 de Maio  
artigo 4º

### **Trabalhador**

Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro  
artigos 37º e 38º

#### Apólice Uniforme

Norma n.º 12/1999-R, de 8 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 27/99, no DR – II Série, de 30 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000, no DR – II Série, de 29 de Dezembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001, no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005, no DR - II Série, de 7 de Dezembro.

### **Trabalhador agrícola transportado em caixas de carga dos reboques, semi-reboques e veículos de mercadorias de caixa aberta afectos a essa actividade**

Decreto-Lei n.º 221/2004, de 18 de Novembro  
artigo 2º, al. e)

### **Trabalhador independente**

Decreto-Lei n.º 159/99, de 11 de Maio  
artigo 1º

Apólice Uniforme:

Norma n.º 14/1999-R, de 16 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 1/2000, no DR - II Série, de 07 de Janeiro, alterada pelas seguintes Normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000, no DR – II Série, de 29 de Dezembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001, no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005, no DR II Série, de 7 de Dezembro.

## **ACIDENTES EM SERVIÇO**

### **Pessoal dirigente e funcionários da Polícia Judiciária (danos por morte, invalidez permanente e parcial e internamento)**

Decreto-Lei n.º 275-A/2000, de 9 de Novembro

artigo 93º da Lei Orgânica da Polícia Judiciária

Portaria nº 196/2002, de 5 de Março, alterada pela Portaria nº 511/2005, de 9 de Junho

## **ACIDENTES PESSOAIS**

### **Aluno (compreende ainda danos morais e responsabilidade civil)**

Portaria n.º 413/99, de 8 de Junho

Regulamento do seguro escolar, na íntegra.

### **Agentes desportivos (Praticantes desportivos profissionais e não profissionais, Árbitros, Juízes e Cronometristas, Treinadores, Monitores, Animadores e Dirigentes desportivos)**

Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril

artigo 2º

### **Aprendiz**

Decreto-Lei n.º 205/96, de 25 de Outubro

artigo 19º alínea d)

artigo 35º, n.º , alínea l)

### **Atleta de alta competição**

Decreto-Lei n.º 125/95, de 31 de Maio

artigo 34º (carece de regulamentação)

### **Bolseiro de investigação**

Lei n.º 40/2004, de 18 de Agosto

artigo 9º, n.º 1, al. e)

### **Bombeiro municipal ou voluntário**

Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho

artigo 23.º

### **Creches e estabelecimentos de educação pré-escolar (Região Autónoma da Madeira)**

Decreto Legislativo Regional nº 16/2006/M, de 2 de Maio

alínea g) do artigo 3º

### **Crianças e jovens acolhidos**

Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro  
alínea f) do n.º 1 do artigo 6º

### **Dador de sangue**

Decreto-Lei n.º 294/90, de 21 de Setembro  
artigo 29º, n.º 1 (carece de regulamentação)  
Decreto Legislativo Regional n.º 11/90/M, de 22 de Maio de 1990  
artigo 10º

### **Dador de tecidos ou órgãos**

Lei n.º 12/93, de 22 de Abril  
artigo 9º, n.º 2

### **Desportista amador**

Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril (na íntegra)  
Portaria n.º 757/93, de 26 de Agosto  
Portaria n.º 392/98, de 11 de Julho

### **Dirigente Associativo Voluntário**

Lei n.º 20/2004, de 5 de Junho  
artigo 9º

### **Entidades gestoras dos Centros de Actividades Ocupacionais (CAO)**

Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro  
artigo 16º  
Portaria n.º 432/2006, de 3 de Maio  
artigo 5º, al. d)

### **Entidades promotoras e organizadoras de campos de férias**

Decreto-Lei n.º 304/2003, de 9 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 109/2005, de 8 de Julho  
artigo 17º  
Portaria n.º 629/2004, de 12 de Junho

## **Entidades promotoras ou organizadoras de provas desportivas abertas ao público**

Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril  
artigo 9º, n.º 1

## **Entidades promotoras de projectos de férias desportivas**

Decreto-Lei n.º 333/93, de 29 de Setembro  
artigo 2º, n.º 3  
Portaria n.º 141/96, de 4 de Maio  
artigo 8º

## **Entidades responsáveis por instalações desportivas**

Decreto-Lei n.º 385/99, de 28 de Setembro  
artigo 13º

## **Estudantes Universitários e do Ensino Politécnico**

Despacho n.º 185/MEC/86, de 4 de Setembro (DR, II, n.º 210, de 12-9-86)  
Despacho n.º 234/MEC/86, de 28 de Novembro (DR, III, n.º 287, 15-12-86)

## **Forçado**

Decreto-Lei n.º 306/91, de 17 de Agosto  
artigo 5º

## **Formando**

Decreto-Lei n.º 242/88, de 7 de Julho  
artigo 5º, n.º 2, alínea d)

## **Membros de órgãos autárquicos**

Lei n.º 29/87, de 30 de Junho  
artigo 17º

## **Prestadores de serviços de mergulho**

D. L. 16/2007, de 22 de Janeiro  
artigo 12º  
Portaria n.º 1340/2007, de 11 de Outubro (na íntegra)

### **Servidor da Região Autónoma da Madeira**

Decreto Regional n.º 8/78/M, de 1 de Março (na íntegra)

### **Tripulante a bordo de embarcação de pesca**

Lei n.º 15/97, de 31 de Maio

artigo 33º

### **Voluntário**

Decreto-Lei n.º 389/99, de 30 de Setembro

artigos 16º e 17º (cobertura de acidentes ou doença)

## **DANOS**

### **Arborização de áreas florestais**

Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto  
artigo 20º

### **Bens objecto de contratos de locação financeira**

Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de Junho  
artigo 10º, n.º 1, alínea j), na redacção dada pelo Artº 1.º do D. L. 265/97, de 2 de Outubro.

### **Depósito e cedência de bens culturais**

Lei n.º 47/2004, de 19-8 (Lei-Quadro dos Museus)  
artigo 84º

### **Edifícios ou instalações e equipamento adquirido por promotores na área da administração marítimo-portuária ou na área da pesca**

Despacho Normativo n.º 11/2001, de 9 de Fevereiro (DR n.º 52, I - B, de 2 de Março)  
Anexo, artigo 15º, alínea g)

### **Equipamentos adquiridos no âmbito do MARE – Programa para o Desenvolvimento Sustentável do Sector da Pesca**

Portaria n.º 11/2002, de 4 de Janeiro  
artigo 14º, n.º 1, al. d)

### **Imóveis afectos a obrigações hipotecárias**

Decreto-Lei n.º 59/2006, de 20 de Março  
artigo 22º

### **Regime de Apoio aos Investimentos a Bordo e Selectividade (Medida Investimentos a Bordo e Selectividade) no âmbito do Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR)**

Portaria n.º 424-F/2008, de 13 de Junho  
artigo 19.º, al. f) (Seguro Marítimo de Casco)

## **DOENÇA**

### **Nacionais de outros Estados-Membros que pretendem residir em Portugal**

Lei n.º 37/2006, de 9 de Agosto

artigo 7º

### **Praticante Não Profissional de Alta Competição**

Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril

artigo 8º, n.º 1, al. b)

## **INCÊNDIO**

### **Actividade de recepção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de matérias-primas alimentares e produtos conexos**

Decreto-Lei n.º 152/2006, de 3 de Agosto

Base XVIII

### **Edifícios em propriedade horizontal**

Código Civil (na redacção do Decreto-Lei n.º 267/94, de 25 de Outubro)

artigo 1429º, n.º 1

Decreto-Lei n.º 268/94, de 25 de Outubro

artigo 5º

#### Apólice Uniforme:

Norma n.º 18/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro, alterada pela seguinte Norma:

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro

### **Edifícios e outros bens que pertençam ao Estado ou que para este sejam reversíveis e que sejam objecto de concessão de exploração para jogos de fortuna ou azar**

Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro

artigo 106º

### **Imóveis caucionados para pagamento de pensões de acidentes de trabalho**

Decreto-Lei n.º 143/99, de 30 de Abril

artigo 61º, n.º 5

## **RESPONSABILIDADE CIVIL**

### **Actividade de Guarda**

#### **Actividade de produção de electricidade a partir da energia das ondas (Titulares de licenças de estabelecimento e exploração)**

Decreto-Lei n.º 5/2008, de 8 de Janeiro.

artigo 46º

### **Actividade marítimo-turística**

Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de Janeiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de Outubro)

artigo 26º e Anexo III

### **Actividade de Mediação de Seguros ou de Resseguros:**

#### **- Agente de Seguros e Corretor de Seguros**

Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 359/2007, de 2 de Novembro)

artigos 17º, n.º 1, al. c) e 19º, n.º 1, al. c)

Norma Regulamentar n.º 17/2006-R, publicada como Regulamento n.º 16/2007, no D. R., 2ª Série, de 29 de Janeiro.

Norma Regulamentar n.º 18/2007-R, publicada como Regulamento n.º 18/2008, no D. R., 2ª Série, de 11 de Janeiro (Estabelece as condições mínimas a que deve obedecer o seguro obrigatório de Responsabilidade Civil dos Mediadores de Seguros)

#### **- Mediadores de Seguros autorizados nos termos do Decreto-Lei n.º 388/91, de 10 de Outubro**

Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho

artigo 101º, n.º 1, al. b) para efeitos do Registo no Instituto de Seguros de Portugal e a título transitório.

### **Actividade termal (responsabilidade civil profissional e pela actividade do titular do estabelecimento)**

Decreto-Lei n.º 142/2004, de 11 de Junho

artigo 16º

### **Actividade de transporte colectivo de crianças**

Lei n.º 13/2006, de 17 de Abril

artigo 9º

Decreto Legislativo Regional n.º 23/2006/A, de 12 de Junho

artigo 22º

### **Actividades que envolvam alto risco para o ambiente**

Lei n.º 11/87, de 7 de Abril (quem exerça tais actividades, em geral)

artigo 43º

Decreto-Lei n.º 259/92, de 20 de Novembro (entidades acreditadas para intervir no domínio da qualidade do ambiente)

artigo 6º

Disp. 6/DGL/95, de 10 de Julho (DR, II, n.º 177, de 2 de Agosto)

Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto

artigo 24º

Decreto-Lei n.º 296/95, de 17 de Novembro (transportador de resíduos)

artigo 6º -> **revogado pelo D. L. 45/2008, de 11-03**

Decreto-Lei n.º 138/96, de 14 de Agosto (detentores de resíduos radioactivos)

artigo 18º

Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio (Instalação, exploração, encerramento e a manutenção pós-encerramento de aterros destinados a resíduos)

artigos 16º e 21º

Decreto-Lei n.º 69/2003, de 10 de Abril (regula o exercício da actividade industrial)

artigo 5º

Portaria n.º 1235/2003, de 27-10, alterada pela Portaria n.º 1058/2004, de 21-8

Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de Janeiro (Instalação e exploração dos centros integrados de recuperação, valorização e eliminação resíduos perigosos – **CIRVER**)

artigo 62º

### **Agências de Câmbios**

Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2001, de 7 de Março de 2001 (DR, I-B, n.º 67, de 20 de Março de 2001)

artigo 1º, alínea c)

Norma n.º 20/2001-R, de 6 de Dezembro, publicada sob a forma de Regulamento n.º 28/2001, DR - II, n.º 299, de 28 de Dezembro de 2001.

### **Agências de viagens e turismo**

Decreto-Lei n.º 209/97, de 13 de Agosto (alterado pelo Decreto-Lei n.º 12/99, de 11 de Janeiro e objecto da Rectificação n.º 21-D/97, de 29 de Novembro)

artigos 41º a 51º

Decreto Legislativo Regional n.º 13/94/M, de 26 de Maio

artigos 49º, 50º e 62º

Decreto Legislativo Regional 24/99/M, de 26 de Agosto

#### Apólice Uniforme:

Norma n.º 4/1999-R de 29 de Abril, publicada como Regulamento n.º 12/99, no DR –II Série, de 15 de Maio, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000, no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001, no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005, no DR - II Série, de 7 de Dezembro.

### **Animais de companhia: detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos**

Decreto-Lei n.º 312/2003 de 17 de Dezembro

artigo 13º

Portaria n.º 585/2004, de 29 de Maio

### **Assinaturas digitais**

Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 2 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 62/2003, de 3 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 165/2004, de 6 de Julho

artigos 12º alínea d), 16º e 24º

Portaria n.º 1370/2000 (2ª série), de 29 de Agosto de 2000, in DR, II, n.º 211, de 12 de Setembro de 2000

### **Audidores Independentes registados na CMVM (Sociedades de Revisores Oficiais de Contas)**

Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro (Código do Mercado dos Valores Mobiliários)

artigo 10.º, n.º 2

Regulamento n.º 6/2000, da CMVM, publicado no DR - II Série, de 23 de Fevereiro.

artigo 6º, n.º 2, al. f)

#### Apólice Uniforme:

Norma n.º 23/95-R, de 20 de Outubro, publicada no DR - II Série, de 21 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000, no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001, no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005, no DR II Série, de 7 de Dezembro.

### **Automóvel**

Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de Agosto (Transpõe, parcialmente, para ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/14/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Maio, que altera as Directivas n.ºs 72/166/CEE, 84/5/CEE, 88/357/CEE e 90/232/CEE, do Conselho, e a Directiva n.º 2000/26/CE, relativas ao seguro de responsabilidade civil resultante da circulação de veículos automóveis (5.ª Directiva sobre o Seguro Automóvel).

(Revoga: D. L. n.º 522/85, de 31-12; D. L. n.º 122-A/86, de 30-05; D. L. n.º 102/88, de 29-03; D. L. n.º 130/94, de 19-05; D. L. n.º 83/2006, de 3-05, e n.º 3 do artigo 66º do D. L. 94-B/98, de 17.04)

Declaração de Rectificação n.º 96/2007, de 19 de Outubro (Rectifica D. L. n.º 291/2007, de 21-08).

Norma Regulamentar n.º 16/2007-R, de 29 de Janeiro de 2008, publicada no DR – II Série, de 29 de Janeiro (Regulamenta o regime de regularização de sinistros no âmbito do seguro automóvel aprovado pelo Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21-08).

#### Apólice Uniforme:

Norma n.º 17/2000-R de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 2/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro, alterada pelas seguintes Normas:

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR - II Série, de 7 de Dezembro;

Norma n.º 9/2006-R, de 24 de Outubro, publicada como Regulamento n.º 215/2006, no DR - II Série, de 27 de Novembro;

Norma n.º 13/2006-R, de 5 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 6/2007, no DR – II Série, de 11 de Janeiro.

## **Autores de projectos e industriais da construção civil, quanto a obras particulares**

Decreto Regulamentar n.º 11/92, de 16 de Maio, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 32/92, de 28 de Novembro e regulamentado pela Portaria n.º 245/93, de 4 de Março.

## **Bens objecto de contratos de locação financeira**

Decreto-Lei n.º 149/95, de 24 de Junho  
artigo 10º, n.º 1, alínea i)

## **Caçador**

Lei n.º 173/99, de 21 de Setembro  
artigo 25º

Decreto-Lei n.º 202/2004, de 18 de Agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 201/2005, de 24 de Novembro  
artigos 63º; 65º, n.º 1, al. e); 74º, n.º 3; 75º, n.º 2 e 76º

### Apólice Uniforme:

Norma n.º 23/95-R, de 20 de Outubro, publicada no DR - III Série, de 21 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/96-R, de 18 de Abril, publicada no DR - III Série, de 14 de Maio;

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000, no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro.

## **Centros de bronzeamento artificial**

Decreto-Lei n.º 205/2005, de 28 de Novembro  
artigos 26º e 27º

## **Centros de inspecção de veículos automóveis (alargamento do âmbito de actividade entidades autorizadas)**

Portaria n.º 1165/2000, de 9 de Dezembro  
artigo 30º, al. c)

### **Clínicas e consultórios dentários privados**

Decreto-Lei n.º 233/2001, de 25 de Agosto  
artigo 34.º

### **Consultor para Investimento**

Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de Novembro (na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro).  
artigo 301.º

### **Detentor da direcção efectiva de instalações, equipamentos ou material produtor de radiações ionizantes ou não ionizantes**

Decreto-Lei n.º 348/89, de 12 de Outubro  
artigo 11.º

### **Dispositivos médicos**

Decreto-Lei n.º 273/95, de 23 de Outubro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 30/2003, de 14 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 76/2006, de 27 de Março).  
Anexo XI

### **Empreitadas de obras públicas**

Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março  
artigo 145.º (quando o dono da obra o determine no caderno de encargos)

### **Empresas de animação turística**

Decreto-Lei n.º 204/2000, de 1 de Setembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 108/2002, de 16 de Abril)  
artigos 18.º a 21.º

### **Empresas de estiva**

Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de Agosto  
artigo 23.º, n.º 1

#### Apólice Uniforme:

Norma n.º 4/96-R, de 1 de Fevereiro, publicada no DR -III Série, de 06 de Março, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;  
Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro.

### **Empresas de transporte por caminho de ferro e de gestão da infra-estrutura ferroviária**

Decreto-Lei n.º 270/2003, de 28 de Outubro  
artigo 12º  
Portaria n.º 167/2004, de 18 de Fevereiro  
Portaria n.º 168/2004, de 18 de Fevereiro

### **Empresas privadas de segurança**

Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21-2  
artigo 26º, n.º 2, al. e)

### **Empresas transitórias**

Decreto-Lei n.º 255/99, de 7 de Julho  
artigo 7º  
Norma n.º 2/2007 – R, de 18 de Janeiro, publicada como Regulamento n.º 26/2007, no D. R. - II Série, de 28 de Fevereiro.

### **Entidades concessionárias das actividades de produção, transporte, distribuição e comercialização de electricidade**

Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto  
artigo 29º -> (Titular da licença de produção)  
Anexo II, Base XXV, n.º 2 -> (Concessionário da Rede Nacional de Transporte de Electricidade)  
Anexo III, Base XXIII, n.º 2 -> (Concessionário da Distribuição de Electricidade em Média e Alta Tensão)  
Anexo IV, Base XXV, n.º 2 -(Concessionário de Distribuição de Electricidade em Baixa Tensão)

*Nota: O presente Decreto-Lei mantém, para efeitos do disposto no seu artigo 61º, nº 1, as disposições relativas à utilização do domínio hídrico constantes dos artigos 6º, 7º e 53º do Decreto-Lei n.º 183/95, de 27 de Julho, por ele revogado.*

**Entidades concessionárias das actividades de transporte e armazenamento subterrâneo de gás natural e de recepção, armazenamento e regaseificação em terminais de gás natural liquefeito (GNL) e de distribuição de gás natural**

Decreto-Lei n.º 140/2006, de 26 de Julho

Anexo I, Base XXV, n.º 3 -> (Concessionária da actividade de transporte)

Anexo II, Base XXVII, n.º 3 -> (Concessionária da actividade de armazenamento subterrâneo)

Anexo III, Base XXVII, n.º 3 -> (Concessionária da actividade de recepção, armazenamento e regaseificação)

Anexo IV, Base XXVII, n.º 3 -> (Concessionária da actividade de distribuição)

Portaria n.º 1296/2006, de 22 de Novembro

**Entidades concessionárias da exploração da actividade de recepção, movimentação, armazenagem, expedição e transporte de matérias primas alimentares e produtos conexos**

Portaria n.º 407 – A/2007, de 11 de Abril

Anexo II – n.º 17

**Entidades concessionárias da exploração e gestão dos sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público na Madeira**

Decreto legislativo Regional n.º 28-B/99/M, de 23 de Dezembro

Base XXV do Anexo II

**Entidades concessionárias da exploração e gestão dos sistemas multi-municipais e municipais de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos**

Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de Novembro

artigo 11.º, n.º 3

**Entidades concessionárias da exploração e gestão dos sistemas multi-municipais de captação, tratamento e abastecimento de água para consumo público**

Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de Dezembro

Base XXVI do Anexo (carece de regulamentação)

**Entidades concessionárias da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes**

Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de Novembro  
Base XXVI do Anexo (carece de regulamentação)

**Entidades concessionárias da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de tratamento de resíduos sólidos urbanos**

Decreto-Lei n.º 294/94, de 16 de Novembro  
Base XIX do Anexo (carece de regulamentação)

**Entidades de certificação e inspeção da conformidade de materiais de construção**

Decreto-Lei n.º 113/93, de 10 de Abril  
artigo 8º, n.º 1

**Entidades exploradoras da actividade de comboios turísticos**

Decreto-Lei n.º 249/2000, de 13 de Outubro  
artigos 13º, f) e 15º, n.º 2, c)

**Entidades exploradoras das armazenagens e das redes e ramais de distribuição de gás**

Portaria n.º 82/2001, de 8 de Fevereiro  
artigo 9º, do Anexo  
Portaria n.º 123/2008, de 13 de Fevereiro -> (estabelece o valor mínimo do seguro obrigatório para 2008)

**Entidades exploradoras de actividades marítimo-turísticas com embarcações nos Açores**

Decreto Legislativo Regional n.º 23/2007/A, de 23 de Outubro  
artigo 27º

**Entidades exploradoras de instalações por cabo para o transporte de pessoas**

Decreto-Lei n.º 313/2002, de 23 de Dezembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 143/2004, de 11 de Julho)  
artigo 14º

**Entidades exploradoras de recintos com diversões aquáticas**

Decreto-Lei n.º 65/97, de 31 de Março (enquadramento da actividade)  
Decreto Regulamentar n.º 5/97, de 31 de Março  
artigo 51º, n.º 3, al. e) do Anexo

## **Entidades habilitadas à exploração de Aeródromos Civis Nacionais**

Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de Maio

artigo 9.º, n.º1, al. g)

## **Entidades que projectem e executem instalações de armazenamento de produtos do petróleo e Instalações de abastecimento de combustíveis líquidos e gasosos derivados do petróleo (postos de abastecimento de combustíveis).**

Decreto-Lei n.º 267/2002, de 26 de Dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 389/2007, de 30 de Novembro e pelo Decreto-Lei n.º 31/2008, de 25 de Fevereiro)

artigo 13º, n.º 6

Portaria n.º 1211/2003, de 16-10 e Portaria n.º 1515/2007, de 30-11

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2004/M, de 27 de Julho

artigo 12º, n.º 6

## **Entidades inspectoras das redes e ramais de distribuição e instalações de gás**

Portaria n.º 362/2000, de 20 de Junho

artigo 6º do Anexo II

Portaria n.º 124/2008, de 13 de Fevereiro -> (estabelece o valor mínimo do seguro obrigatório para 2008)

## **Entidades Instaladoras e Montadoras de Redes de Gás**

Decreto-Lei n.º 263/89, de 17 de Agosto

Anexo I. artigo 5º

Portaria n.º 122/2008, de 13 de Fevereiro -> (estabelece o valor mínimo do seguro obrigatório para 2008).

### Apólice Uniforme:

Norma n.º 23/1995-R, de 20 de Outubro, publicada no DR - III Série, de 21 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 10/1997-R, de 3 de Julho, publicada no DR n.º 169, III Série, de 24 de Julho de 1997;

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro

**Entidades licenciadas para o exercício das actividades de armazenamento, transporte, distribuição, refinação e comercialização de petróleo bruto e de produtos de petróleo**

Decreto-Lei n.º 31/2006, de 15 de Fevereiro

artigo 39º, n.º 1

**Entidades licenciadas para a instalação e ou exploração de aterros destinados a resíduos**

Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio

artigos 16º e 21º

**Entidades licenciadas para a posse, detenção, utilização ou transporte de fontes radioactivas seladas**

Decreto-Lei n.º 153/96, de 30 de Agosto

artigos 3º e 13º n.º 2

**Entidades licenciadas para prestação de serviços na área da protecção contra radiações ionizantes**

Decreto-Lei n.º 167/2002, de 18 de Julho

artigo 17º

**Entidades licenciadas para utilização, com fins de diagnóstico, terapêutica e de prevenção, de radiações ionizantes**

Decreto-Lei n.º 492/99, de 17 de Novembro

artigo 34º

**Entidades montadoras ou reparadoras de "kits" de conversão para veículos automóveis a GPL**

Portaria n.º 982/91, de 26 de Setembro

Anexo I, artigo 5º

Portaria n.º 588/2005, de 12 de Julho -» (estabelece o valor mínimo do seguro obrigatório para 2005; valor não actualizado até à presente data)

Decreto-Lei n.º 136/2006, de 26 de Julho

Apólice Uniforme:

Norma n.º 12/98-R, de 4 de Setembro, publicada no DR - II Série, de 15 de Outubro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro.

### **Entidades qualificadas para a realização de exames, controlos e ensaios dos equipamentos de protecção individual (EPI)**

Decreto-Lei n.º 128/93, de 22 de Abril

artigo 4.º, n.º 1

### **Entidades responsáveis pelos espaços de jogo e recreio, respectivo equipamento e superfícies de impacte, destinados a crianças (jardins de infância, escolas, creches e jardins público)**

Decreto-Lei n.º 379/97, de 27 de Dezembro

artigo 31.º do Anexo

### **Entidades responsáveis por instalações desportivas de uso público que concebam, instalem e mantenham balizas de futebol, andebol, hóquei e polo aquático, e equipamentos de basquetebol**

Decreto-Lei n.º 100/2003, de 23-5, alterado pelo Decreto-Lei n.º 82/2004, de 14-4

artigo 11.º

Portaria n.º 1049/2004, de 19 de Agosto (regulamentação do seguro)

Decreto Legislativo Regional n.º 17/2004/A, de 22 de Abril

### **Entidades responsáveis pela manutenção e inspeção de ascensores, montacargas, escadas mecânicas e tapetes rolantes**

Decreto-Lei n.º 320/2002, de 28-12

Anexo I, artigo 7.º

Decreto Legislativo Regional n.º 2/2004/M, de 10-3

Anexo I, artigo 7.º

Apólice Uniforme:

Norma n.º 23/95-R, de 20 de Outubro, publicada no DR - III Série, de 21 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro

### **Entidades responsáveis pela instalação e funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimentos públicos.**

Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Fevereiro

Artigo 10º

Decreto Legislativo Regional n.º 36/2004/A

artigo 26º, n.º 4

### **Entidades titulares de licença de produção de energia eléctrica não vinculada ao serviço público**

Decreto Legislativo Regional n.º 26/96/A

artigo 17º

### **Entidades titulares de Licença de Comercialização e Operadores de Redes de Transporte de gás natural**

Decreto-Lei n.º 30/2006, de 15 de Fevereiro {Estabelece as Bases Gerais da organização e do funcionamento do Sistema Nacional de Gás Natural (SNGN)}

artigo 69º

Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2008, de 23 de Junho de 2008

*NOTA: O D.L. 30/2006, de 15 de Fevereiro, revoga o D. L. 374/89, de 25-10, mantendo, no entanto, a sua vigência nas matérias não incompatíveis com o D. L. 30/2006, até à entrada em vigor da legislação complementar, o que não aconteceu até à presente data.*

### **Exploração do terminal, do gasoduto e das redes de distribuição regional de gás natural**

Portaria n.º 468/2002, de 24 de Abril

Portaria n.º 299/2003, de 11 de Abril -> (estabelece o valor mínimo do seguro obrigatório de responsabilidade civil; valor não actualizado até à presente data)

### **Guarda-nocturno**

Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro (alterado pelo D. L. 114/2008, de 1 de Julho)

artigo 8º, alínea j)

### **Laboratórios privados**

Decreto-Lei n.º 217/99, de 15 de Junho (alterado pelo D. L. 534/99, de 11 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 111/2004, de 12 de Maio)

artigo 35º

### **Mediação imobiliária**

Decreto-Lei n.º 211/2004, de 20 de Agosto

artigo 6º, n.º 1, al. e) e 23º

Portaria n.º 1324/2004, de 19 de Outubro

Portaria n.º 1327/2004 de 19 de Outubro

artigo 1º, n.º 2, al. i).

Portaria n.º 66/2005, de 25 de Janeiro

#### Apólice Uniforme:

Norma n.º 4/96-R, de 1 de Fevereiro, publicada no DR - III Série, de 6 de Março, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro

### **Mediador dos jogos sociais do estado (responsabilidade civil e de equipamentos)**

Portaria n.º 313/2004 de 23 de Março

artigo 3º

### **Movimento transfronteiriço de resíduos perigosos**

Decreto-Lei n.º 296/95, de 17 de Novembro (remete para o Decreto-Lei n.º 121/90, de 9 de Abril, a definição de resíduos e de resíduos perigosos)

artigo 6º --> **revogado pelo D. L. 45/2008, de 11-04**

## **Notários**

Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de Fevereiro  
artigo 23º, n.º 1, al. m)

## **Organismos com intervenção nos procedimentos de avaliação da conformidade das embarcações de recreio**

Decreto-Lei n.º 168/2005, de 26 de Setembro  
Anexo XVII

## **Organismos com intervenção nos procedimentos de avaliação da conformidade das máquinas e dos componentes de segurança colocados no mercado isoladamente**

Decreto-Lei n.º 320/2001, de 12 de Dezembro  
Anexo VII, n.º 6

## **Operadores marítimo-turísticos**

Decreto-Lei n.º 21/2002, de 31 de Janeiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 269/2003, de 28 de Outubro)  
artigo 11º, n.º 3, alínea d); artigo 24º, n.º 1, alínea b) e artigo 26º do Regulamento  
Anexo III ao Regulamento

## **Operadores portuários**

Decreto-Lei n.º 298/93, de 28 de Agosto  
artigo 23º  
Portaria n.º 303/94, de 18 de Maio  
Decreto-Lei n.º 324/94, de 30 de Dezembro  
Base XII, ponto 2  
Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 8 de Setembro (Região Autónoma da Madeira)

## **Organismos autorizados a aplicar os processos de avaliação da conformidade na aprovação dos equipamentos sob pressão transportáveis destinados ao transporte de mercadorias perigosas por estrada e por caminho de ferro**

Decreto-Lei n.º 41/2002, de 28 de Fevereiro  
Anexo I, n.º 8

## **Peritos Avaliadores de Imóveis dos Fundos de Investimento Imobiliário**

Regulamento da CMVM n.º 8/2002, publicado no DR – II Série de 18 de Junho

Norma n.º 16/2003 – R de 22 de Julho, publicada como Regulamento n.º 35/2003 no DR – II Série de 6 de Agosto

## **Titulares de licenças para uso e porte de armas ou sua detenção**

Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro  
artigo 39º, n.º 2, al. i)

### Apólice Uniforme

Norma n.º 11/2006-R, de 28 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 221/2006, no D. R. - II Série, de 21 de Dezembro

## **Prestadores de serviços de assistência em escala**

Decreto-Lei n.º 275/99, de 23 de Julho  
alínea c) do n.º 2 do artigo 6º e artigo 10º  
Portaria n.º 803/99, de 20 de Setembro

## **Prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos por empresários individuais e por empresas de aplicação terrestre.**

Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 187/2006, de 19 de Setembro)  
artigo 15.º  
Portaria n.º 1364/2007, de 17 de Outubro de 2007 -> Procede à regulamentação do seguro.

## **Prestamista**

Decreto-Lei n.º 365/99, de 17 de Setembro  
artigo 33º

### Apólice Uniforme:

Norma n.º 5/2000-R, de 24 de Maio, publicada como Regulamento n.º 12/2000 no DR - II Série, de 14 de Junho, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/no DR II Série, de 7 de Dezembro.

### **Profissional de terapêuticas não convencionais**

Lei n.º 45/2003, de 22 de Agosto

artigo 12º

### **Promotor de ensaios clínicos**

Lei n.º 46/2004, de 19 de Agosto

artigos 6º, n.º 1, al. e); e 14º, n.º 2

### **Proprietários de embarcações de recreio**

Portaria n.º 689/2001, de 10 de Julho

artigo 1º

Decreto-Lei n.º 124/2004, de 25-5 (Regulamento da náutica de recreio)

artigo 42º

### **Titulares de Licenças e Alvarás para o exercício da actividade de armeiro e de gestão de carreiras e campos de tiro**

Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro

artigo 77º, n.º 3

Portaria n.º 1071/2006, de 2 de Outubro -> (estabelece o valor do capital mínimo do seguro obrigatório; valor não actualizado até à presente data)

Norma n.º 12/2006-R, de 28 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 222/2006, no D. R. - II Série, de 21 de Dezembro

### **Redes internas ou ramais de distribuição de combustíveis gasosos de gás**

Decreto-Lei n.º 449/85, de 25 de Outubro

artigo 3º, n.º 3

Portaria n.º 490/87, de 11 de Junho

Apólice Uniforme:

Norma n.º 23/95-R, de 20 de Outubro, publicada no DR - III Série, de 21 de Novembro, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro.

### **Revisores oficiais de contas**

Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro

artigo 73º e 113º

#### Apólice Uniforme:

Norma n.º 4/96-R, de 1 de Fevereiro, publicada no DR - III Série, de 6 de Março, alterada pelas seguintes normas:

Norma n.º 11/2000-R, de 13 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 32/2000 no DR - II Série, de 29 de Novembro;

Norma n.º 16/2000-R, de 21 de Dezembro, publicada como Regulamento n.º 3/2001 no DR - II Série, de 19 de Janeiro;

Norma n.º 13/2005-R, de 18 de Novembro, publicada como Regulamento n.º 80/2005 no DR II Série, de 7 de Dezembro.

### **Sociedades de advogados com responsabilidade limitada**

Decreto-Lei n.º 229/2004, de 10 de Dezembro

artigo 37º

### **Solicitador (responsabilidade no novo regime da acção executiva)**

Lei n.º 2/2002, de 2 de Janeiro

artigo 15º, al. v)

Decreto-Lei n.º 88/2003, de 26 de Abril

artigo 123º, al. l)

### **Técnicos oficiais de contas**

Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de Novembro

artigo 52º, n.º 4

### **Técnicos responsáveis pela concepção de projectos, instalação e laboração dos estabelecimentos industriais nos Açores**

Portaria n.º 28/96 (Diário do Governo da Região Autónoma dos Açores, I, n.º 22, 30-05)  
artigo 7º

**Trabalho aéreo (compreende, entre outras, as actividades relacionadas com a Agricultura, Combate a Incêndios e o Pára-Quedismo)**

Decreto-Lei n.º 172/93, de 11 de Maio  
artigo 6º, n.º 2

**Transporte aéreo**

Decreto-Lei n.º 321/89, de 25 de Setembro (alterado pelo D. L. n.º 279/95, de 26 de Outubro).

artigos 17º e 18º para o Transportador aéreo e para o Proprietário de Aeronaves, respectivamente.

Portaria n.º 223/97, de 2 de Abril

**Transporte aéreo de passageiros nas operações não comerciais com aeronaves de MTOM igual ou inferior a 2700 kg**

Decreto-Lei n.º 223/2005, de 27 de Dezembro (na íntegra)

**Transporte aéreo não regular**

Decreto-Lei n.º 19/82, de 28 de Janeiro  
artigo 24º

**Transporte de mercadorias perigosas por via aérea**

Decreto-Lei n.º 289/2003 de 14 de Novembro  
artigo 65º, al. g)

**Ultra-Leves e Aeronaves de voo livre**

Decreto-Lei n.º 238/2004, de 18 de Dezembro (Com as alterações introduzidas pelo D. L. 283/2007, de 13-08-2007)  
artigo 41º

**Unidades privadas de diálise**

Decreto-Lei n.º 505/99, de 20 de Novembro  
artigo 45º

## **Unidades privadas de saúde**

Decreto-Lei n.º 500/99, de 19 de Novembro  
artigo 29º

Decreto-Lei n.º 233/2001, de 25 de Agosto  
artigo 34º

## ROUBO

### **Empresas privadas de segurança**

Decreto-Lei nº 35/2004, de 21 de Fevereiro

artigo 26º, n.º 2, al. b) e artigo 27º, n.º 2, al. b)

### **Entidade promotora de exposição de obras de arte**

Decreto-Lei n.º 63/85, de 14 de Março

artigo 158º

Lei n.º 45/85, de 17 de Setembro -» altera vários artigos do D. L. 63/85

**Nota:** *estas entidades estão ainda obrigadas à realização de seguros de Incêndio, Transporte e quaisquer outros riscos de deterioração das obras expostas.*

**SOCIAL**

**Agente da cooperação portuguesa (seguro social obrigatório)**

Lei n.º 13/2004 de 14 de Abril

artigo 17º

## **VIDA (danos por morte e invalidez permanente)**

### **Militares integrados em missões de paz e humanidade fora do território nacional**

Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro

artigo 7.º-A

Decreto-Lei n.º 348/99, de 27 de Agosto

Portaria n.º 905/99, de 13 de Outubro

Portaria n.º 261/2000, de 13 de Maio

### **Elementos dos serviços e forças de segurança dependentes do Ministério da Administração Interna em missões policiais, humanitárias e de paz fora do território nacional**

Decreto-Lei n.º 17/2000, de 29 de Fevereiro (Remete para o regime jurídico constante do Decreto-Lei n.º 233/96, de 7 de Dezembro, no qual está previsto o seguro)

Portaria n.º 91/2001, de 9 de Fevereiro

### **Praticante Não Profissional de Alta Competição**

Decreto-Lei n.º 146/93, de 26 de Abril

artigo 8º, n.º 1, al. c)

## **LEGISLAÇÃO QUE PREVÊ A OBRIGATORIEDADE DE PRESTAR CAUÇÃO E ADMITE A MODALIDADE DE SEGURO-CAUÇÃO**

### **Adjudicatário de contratos de locação e aquisição de bens móveis e de serviços no âmbito da contratação pública**

Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho  
artigos 69º e 70º

### **Adjudicatário de empreitadas de obras públicas**

Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março (alterado pela Lei n.º 163/99, de 14 de Setembro e pelo Decreto-Lei n.º 159/2000, de 27 de Julho)  
artigo 112º

Decreto Legislativo Regional n.º 11/2001/M

### **Administrador de empreendimentos turísticos cujas fracções imobiliárias pertencem a várias pessoas**

Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março  
artigo 59º, n.º 1

### **Administradores, Membros dos Conselhos Fiscal, Geral e de Supervisão das Sociedades Anónimas**

Código das Sociedades Comerciais  
artigos 396º, 418-A e 445º, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 76-A/2006, de 29 de Março

### **Instalação e exploração dos centros integrados de recuperação, valorização e eliminação resíduos perigosos (CIRVER)**

Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de Janeiro  
artigo 37º

### **Clubes desportivos (que não optaram por constituir sociedades desportivas)**

Decreto-Lei n.º 67/97, de 3 de Abril (alterado, por ratificação, pela Lei n.º 107/97, de 16 de Setembro)  
artigo 40º

### **Concessionários de jogos de fortuna ou azar**

Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 10/95, de 19 de Janeiro, pela Lei n.º 28/2004, de 16 de Julho, e pelo Decreto-Lei n.º 40/2005, de 17 de Fevereiro)

artigos 102º a 105º

### **Corretor de Seguros**

Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de Julho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 359/2007, de 2 de Novembro)

artigo 19º, n.º 1, al. d)

### **Crédito e Caução com prévia garantia do Estado**

Decreto-Lei n.º 183/88, de 24 de Maio (alterado pelo Decreto-Lei n.º 127/91, de 22 de Maio e Decreto-Lei n.º 214/99, de 15 de Junho)

artigo 16º

Portaria n.º 54/2002, de 12 de Janeiro

### **Despesas públicas e contratação pública**

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho)

artigo 54º

Portaria n.º 193/2005, de 17 de Fevereiro

### **Empresas de Segurança Privada**

Decreto-Lei n.º 35/2004, de 21 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 198/2005, de 1 de Novembro)

artigos 26º e 27º, n.ºs 2, alíneas b)

Despacho n.º 8017/2004 (2ª Série), publicado em 22-4-2004

### **Entidade requerente e/ou titular de direitos de prospecção e pesquisa ou de exploração de águas minerais naturais**

Decreto-Lei n.º 86/90, de 16 de Março

artigos 53º e 54º

**Entidade requerente e/ou titular de direitos de prospecção e pesquisa ou de exploração de águas minero-industriais**

Decreto-Lei n.º 85/90, de 16 de Março  
artigos 48º e 49º

**Entidade requerente e/ou titular de direitos de prospecção e pesquisa ou de exploração de depósitos minerais naturais**

Decreto-Lei n.º 88/90, de 16 de Março  
artigos 60º e 61º

**Entidade requerente e/ou titular de direitos de prospecção e pesquisa ou de exploração dos recursos geotérmicos**

Decreto- Lei n.º 87/90, de 16 de Março  
artigos 48º e 49º

**Entidades licenciadas para a pesquisa e/ou exploração de massas minerais-pedreiras**

Decreto-Lei nº 270/2001, de 6 de Outubro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 340/2007, de 12 de Outubro, rectificado pela Declaração de Rectificação n.º 108/2007, de 11-12).  
artigo 52º, n.º 2

**Habitação periódica (proprietário ou cessionário e administrador)**

Decreto-Lei n.º 275/93, de 5 de Agosto (alterado pelo Decreto-Lei n.º 180/99, de 22 de Maio e Decreto-Lei n.º 22/2002, de 31 de Janeiro)  
artigos 15º e 31º

**Fornecimento de serviços públicos essenciais**

Decreto-Lei n.º 195/99, de 8 de Junho  
artigo 2º, n.º 2

**Regime jurídico da urbanização e da edificação**

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho)  
artigo 54º

Reboque de embarcações nos portos nacionais  
Decreto-Lei n.º 75/2001, de 27 de Fevereiro  
artigo 11.º